

**Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S.A.**

CNPJ nº 80.798.499/0001-63 - NIRE 41.300.312.281

**Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária de 08 de julho de 2024**

Ficam os senhores acionistas da Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S.A. ("Companhia") convocados, na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Companhia, a ser realizada em 08 de julho de 2024, às 10:00 horas, presencialmente na sede da Companhia, localizada na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, na Avenida Marcelo Messias Busiúquia, 197, Parque Industrial, CEP 87065-006, para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (a) Exame, discussão e deliberação acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (b) Exame, discussão e deliberação acerca do Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (c) Aprovação da destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (d) Aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2024. 1. **Documentos à disposição dos Acionistas.** Todos os documentos e informações pertinentes relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, conforme previsto na Lei das S.A. 2. **Participação dos acionistas na AGO.** A AGO será realizada de modo exclusivamente presencial, na sede da Companhia. 3. **Impedimentos de Voto.** Conforme previsto na Lei das S.A., o acionista não poderá votar nas deliberações da AGO que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. Havendo alegação por qualquer dos acionistas presentes sobre suposto conflito de interesse de acionista que o impeça de votar na AGO, ou, ainda, sobre a ocorrência de outra hipótese legal de impedimento de voto e não tendo o próprio acionista declarado seu impedimento, o presidente ou secretário da mesa da AGO deverá suspender a deliberação para ouvir e receber tal alegação, juntamente com eventual manifestação contrária do acionista em questão, antes de colocar a matéria em votação. O próprio presidente da mesa da AGO poderá, em constatando um possível impedimento de voto, solicitar ao acionista esclarecimento sobre a situação, antes de colocar a matéria em votação. Em situações em que o impedimento de voto seja inequívoco e o acionista não se abstenha de votar, o presidente da mesa tem o poder de declarar tal impedimento, não lhe sendo facultado impedir o voto em outras situações, sem prejuízo das disposições legais sobre a eventual anulabilidade do voto proferido. Maringá/PR, 07 de junho de 2024. **Axel Jorge Labourt** - Presidente do Conselho de Administração

A operadora HUMANA SAÚDE SUL LTDA, com registro na ANS sob o nº 34.818-0, diante da obrigação legal contida no inciso II, parágrafo único, art. 13, da Lei nº 9656/98 e na Súmula nº 28/2015-ANS, bem como ainda, em face das tentativas sem sucesso de notificação pessoal, vem, por meio do presente Edital, NOTIFICAR os beneficiários abaixo listados para que, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar desta publicação, regularizem a situação de seu plano de saúde, garantindo, assim, a manutenção dos serviços contratados, podendo, para tanto, comparecer à sede da empresa, situada na Avenida Brasil, nº 3825, Centro, Maringá-PR, CEP nº 87.013-000, de segunda a sexta, horário comercial. A não regularização da situação contratual no prazo acima conferido acarretará na adoção das medidas previstas na legislação supramencionada. A HUMANA SUL aproveita o ensejo para ressaltar o prazer em tê-los como clientes, desejando que esta relação permaneça firme e duradoura.

CONTRATO:4250646186CPF:749351519;CONTRATO:455059042CPF:601230609;CONTRATO:456244554CPF:01851587  
9CONTRATO:290461250CNPJ:762150860001;CONTRATO:430371724CPF:322256988;CONTRATO:445775254CPF:039  
357999CONTRATO:325332803CNPJ:294391230001;CONTRATO:455903491CPF:095914449;CONTRATO:456196696C  
PF:15817229CONTRATO:363143292CNPJ:310081240001;CONTRATO:424734253CPF:103486289;CONTRATO:42489  
1956CPF:695802789CONTRATO:375990810CPF:033469859;CONTRATO:384020730CPF:08622339;CONTRATO:4092  
71644CNPJ:327299020001CONTRATO:125330787CPF:082445629;CONTRATO:287416767CPF:041880819;CONTRAT  
O:454780603CNPJ:2225575050001CONTRATO:304094141CPF:096616139;CONTRATO:333309489CPF:040299249;CO  
NTRATO:390604429CPF:019302119CONTRATO:268174281CPF:0802714199;CONTRATO:276232145CPF:075540189;C  
ONTRATO:282979372CPF:042218449CONTRATO:305559359CPF:059902909;CONTRATO:315908925CPF:007346159;  
CONTRATO:383254162CPF:093184719CONTRATO:294372441CPF:043561089;CONTRATO:301408288CPF:08796120  
9;CONTRATO:345762843CPF:053966619CONTRATO:322376824CPF:030580479;CONTRATO:344731964CPF:1064749  
29;CONTRATO:34479399CPF:709545009CONTRATO:349508646CPF:010474479

## Brasil tem desafio de saber quantos garimpeiros atuam no país

Sabem quantas pessoas atuam na mineração artesanal de ouro em todo o país é um dos desafios a serem enfrentados pelo Brasil no cumprimento da Convenção de Minamata, que trata do uso do mercúrio e seu impacto na saúde da população. O alerta foi feito pela representante do secretariado do acordo internacional Manoela Pessoa durante a apresentação do relatório brasileiro sobre o tema.

O documento, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), aponta que a inexistência de um censo leva a uma variação de 80 mil a 800 mil garimpeiros atuantes, dependendo da fonte de informação. A incerteza sobre esses números foi destacada por Manoela como um dos pontos que precisam ser revistos para o cumprimento da convenção. "O garimpo não permite simplificação", afirmou.

Na avaliação de Manoela, o relatório avança quando reconhece a mineração artesanal de ouro legal como importante forma de subsistência para várias comunidades, mas identifica os impactos da atividade ilegal, em especial nas terras indígenas e nas unidades de conservação, como um desafio a ser vencido.

Para o secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco, a cooperação internacional é parte fundamental para o enfrentamento desse desafio financeiro por "uma cadeia internacional de exportação ilegal, que transforma posteriormente esse ouro em bens de consumo, principalmente joias, que

carregam o sangue de populações indígenas brasileiras"

Ao confrontar a legislação brasileira com as exigências da convenção sobre o mercúrio, o relatório apontou 68 dispositivos que demandam medidas governamentais para as quais já foram propostas 52 soluções, sendo 34 administrativas e 18 normativas.

Entre os avanços destacados por Manoela estão o compromisso da eliminação progressiva de determinadas baterias, interruptores, relés e lâmpadas fluorescentes que têm em suas composições a presença do mercúrio, assim como o fim do uso dessa substância na produção industrial de cloro.

A redução gradual do amálgama dental e, a partir de 2025, a proibição de qualquer nível de mercúrio em cosméticos também foram apontados como iniciativas já em andamento, alinhadas com o que foi reafirmado na quinta reunião da Conferência das Partes da Convenção de Minamata, realizada em Genebra em outubro de 2023.

Os planejamentos para a implantação de um sistema de controle para o comércio do mercúrio, o rastreamento da cadeia do ouro por assinatura geológica e a capacitação de mineradores para a prática da atividade sem o uso do mercúrio, foram outras iniciativas destacadas.

"É um documento não só simbólico, mas muito concreto que vai permitir ao Brasil continuar na sua posição de liderança nesse tema que é extremamente complexo e também de muita importância global", destacou Manoela. **(Ag. Brasil)**

# Mais de 70% de espécies ameaçadas buscam Áreas Marinhas Protegidas

O Relatório sobre o Estado do Oceano (StOR, na sigla em inglês), divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), aponta que 72% das 1.473 espécies ameaçadas de extinção encontram abrigo em Áreas Marinhas Protegidas (AMPs). A existência destas unidades de conservação é fundamental para preservação de biodiversidade, para o apoio à segurança alimentar e para a saúde geral dos oceanos, mostra o documento.

As AMPs são delimitadas com o objetivo de conservação de espécies e de recursos naturais. Nessas áreas, são impostas medidas para garantir o desenvolvimento sustentável, o turismo ecológico e a pesca ordenada e não predatória.

A maior parte das áreas protegidas encontra-se em mar territorial, isto é, a faixa marítima costeira que está sob jurisdição dos seus respectivos países. No Brasil, as unidades de conservação abrangem 27% do mar territorial.

O relatório traz uma série de informações científicas sobre o estado atual dos oceanos e sobre os impactos associados ao aquecimento global do planeta, resultado do excesso de emissão de gás carbônico e de outros gases de efeito estufa provocado pelo homem. O documento aponta um avançado processo de elevação da temperatura das águas, além da acidificação, queda das taxas de oxigênio em ambientes marinhos e da elevação do nível dos mares.

A publicação, que teve sua primeira edição divulgada em 2022, reúne informações importantes que podem servir de subsídios para decisões políticas e administrativas, bem como estimular novas investigações. Sua elaboração também integra os esforços da Unesco para



(Reprodução)

chamar atenção para os compromissos da Agenda 2030, estabelecidos na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável ocorrida em 2015. Através dela, foram fixados 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O 14º deles envolve a conservação e utilização sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos.

A nova edição, que contou com a participação de 98 autores de 25 países, faz uma série de apontamentos envolvendo pressões com a biodiversidade. Eles destacam que o ordenamento do espaço marinho é um importante mecanismo político para ajudar a reduzir as pressões sobre os ecossistemas.

"Em 2023, 126 países e territórios [aumento de 20% na comparação com 2022] aplicaram políticas baseadas em áreas para gerir de forma sustentável as atividades no oceano. A continuação desta tendência positiva será uma contribuição importante para a ação no âmbito do ODS 14".

Os pesquisadores chamam a atenção para a absorção de gás carbônico pelos oceanos. Ao mesmo tempo, estima-se que, desde a década de 1960, os oceanos perderam 2% do seu oxigênio. Centenas de "zonas mortas" podem ser mapeadas nas costas de diferentes países devido à falta de oxigênio causado pela poluição.

Capazes de absorver cinco vezes mais carbono que as florestas terrestres, ecossistemas costeiros como manguezais e pântanos de maré são apontados como um refúgio. São locais que reduzem o estresse gerado por um oceano mais quente e ácido e que retêm menos oxigênio.

"Continuam a ser uma importante reserva de carbono; no entanto, a proteção não é garantida e de 20% a 35% foram perdidos desde a década de 1970."

Outra preocupação manifestada por pesquisadores envolvidos no relatório é sobre a eutrofização, isto é, o excesso de nutrientes nos oceanos. Isso ocorre em consequência do despejo de esgoto e água não tratada. "É necessário quantificar melhor as fontes dominantes de azoto (N) e fósforo (P) em todos os grandes ecossistemas marinhos para desenvolver estratégias e políticas para a sua redução", registra o relatório.

Tanto a eutrofização como a acidificação afetam as populações de algas. Ao mesmo tempo em que prejudicam espécies importantes para o equilíbrio ecológico, favorecem a proliferação nociva de outras. "Entre as aproximadamente 10 mil espécies de fitoplâncton marinho presentes hoje nos oceanos do mundo, cerca de 200 táxons produzem toxinas", aponta o documento.

### ALIMENTOS

Há também preocupações com a quantidades plásticos no oceano, que aumentam em um ritmo cada vez mais intenso desde a década de 1990. Diversos estudos têm identificado o consumo de microplásticos por peixes, o que pode trazer riscos à saúde. "Mecanismos globais para rastrear a extensão e distribuição da poluição por nutrientes e plásticos nos nossos oceanos são urgentemente necessários para apoiar estratégias de mitigação e adaptação".

A publicação lembra ainda que o crescimento populacional mundial dos próximos 25 anos, estimando em 2 bilhões de pessoas, aumentará a pressão sobre a produção de alimentos. Nesse contexto, a sustentabilidade da vida marinha é crucial, tendo em vista que animais aquáticos e algas são importantes fontes de alimentação.

"A produção da pesca e da aquicultura continua a crescer, atingindo um recorde de 218 milhões de toneladas em 2021. Uma apreciação e compreensão mais profundas do papel que os alimentos aquáticos podem desempenhar são essenciais para aproveitar a sua capacidade única de enfrentar os desafios nutricionais, sociais e ambientais do sistema alimentar no futuro", conclui o relatório. **(Ag. Brasil)**

## Governo lança campanha de conscientização contra violência à pessoa idosa

O Governo do Paraná participa do Junho Violeta, data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) de combate e conscientização contra a violência à pessoa idosa. A ação será com campanha publicitária educativa orientando a população sobre uma série de crimes contra o idoso. A campanha também visa orientar a população para que denuncie maus-tratos contra idosos.

"Não podemos nos calar. Muitas vezes as pessoas idosas sofrem em silêncio e toda essa mobilização se faz necessária para que essas violências,

abandono e discriminação não cresçam. A campanha vem reforçar toda a luta que temos em prol das pessoas idosas", enfatiza a secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, Leandre Dal Ponte, cuja pasta lidera a campanha.

Entre as ocorrências que se enquadram como violência contra o idoso estão abandono, agressões físicas e verbais, discriminação, negligência entre outras. A campanha liderada pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (Semipi) vai reforçar para que a população denuncie crimes contra

a pessoa idosa por meio de dois telefones.

Um deles é o Disque 100, serviço que atende denúncias de violações de direitos humanos contra idosos e outros públicos, como a população LGBT, população em situação de rua, pessoas com deficiência, entre outras. Outra forma de denunciar é pelo Disque Idoso Paraná, no número 08001410001. Todas as ligações para o Disque Idoso são sigilosas e podem ser feitas de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 17h30.

A violência contra o idoso pode ser definida como um ato único, re-

petido ou a falta de ação apropriada, ocorrendo em qualquer relacionamento no qual exista uma expectativa de confiança que cause dano ou sofrimento a algum representante desse público.

Em 15 de junho se celebra o Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa. A data foi oficialmente reconhecido pela Assembleia Geral das ONU em 2011, após solicitação da Rede Internacional de Prevenção ao Abuso de Idosos (Inpea), que estabeleceu a comemoração em junho de 2006. **(AEN/PR)**

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6392-569D-A3F1-BB59> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6392-569D-A3F1-BB59



### Hash do Documento

52573A34B99AC6BC67043142D48BBCB94B1FFEA53747FE5F33DE29F287EC9AFF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/06/2024 é(são) :

angelo Lugoboni - 061.612.029-05 em 07/06/2024 09:35 UTC-03:00

**Nome no certificado:** Catedral Editora Comunicacao Propaganda E Pesquis

**Tipo:** Certificado Digital - CATEDRAL EDITORA COMUNICACAO PROPAGANDA E PESQUIS - 34.263.987/0001-59

